

Terceirização: Deputados aprovaram e Temer vai sancionar

A aprovação do PL 4.302/1998, pela Câmara dos Deputados em 22 de março, foi um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores, mas se a gente se mobilizar ainda dá tempo de barrar

Como se não bastassem todos os ataques contidos no PLC 30/15, o projeto de regulamentação da terceirização aprovado pela Câmara quando Eduardo Cunha era o presidente, e que ficou parado no Senado, os deputados para acelerar o ataque desengavetaram e aprovaram o PL 4.302/98, com texto mais cruel ainda e que já tinha sido aprovado pelo Senado no último ano do governo de FHC.

Portanto, agora, está nas mãos de Temer destruir os direitos dos trabalhadores garantidos na CLT, como queria FHC, e com ela os principais direitos garantidos aos trabalhadores desde 1º de Maio de 1943.

Com a liberação geral da terceirização, realizada em toque de caixa pelo governo Temer, os salários vão despenhar e todos os direitos que temos hoje vão desaparecer. Haverá demissões em massa, as condições de trabalho se tornarão muito mais precárias; os acidentes, doenças e mortes no trabalho vão aumentar; e a aposentadoria será impossível de ser alcançada.

E para piorar tudo, não haverá meios para os trabalhadores recorrerem à Justiça do Trabalho, porque a Reforma Trabalhista virá aprofundar o ataque.

Você vai se deixar escravizar, ou vai para a Greve Geral?



Modernização para eles é retornar à escravidão

Todos conhecemos a dura realidade dos trabalhadores em empresas terceirizadas: têm os salários mais baixos, menos direitos e estão mais expostos às péssimas condições de trabalho.

De cada 10 acidentes de trabalho, 8 acometem trabalhadores em empresas terceirizadas, segundo Dieese.

Esses quase 14 milhões de trabalhadores estão presentes em diversas categorias. Nas fábricas, estão na vigilância, nos refeitórios e na limpeza.

Comprovando que a terceirização

não gera emprego, a rotatividade entre eles é altíssima: em 2014 para cada 100 trabalhadores terceirizados 80 foram demitidos.

Para piorar, a dificuldade de organização destes trabalhadores leva-os a uma representação sindical de fachada. Alguém aqui já viu algum sindicato além do nosso na empresa, fazendo a

luta junto com os trabalhadores ou distribuindo jornais para os companheiros nas empresas terceirizadas?

E que ninguém se engane: se a terceirização recém aprovada já é letal, saiba que o projeto prevê ainda a **quarteirização**, onde a empresa terceirizada subcontrata outras empresas para a realização dos serviços.



Você vai trabalhar no máximo 9 meses por ano na mesma empresa

Hoje, um trabalhador permanece em média 70 meses (quase 6 anos) trabalhando na mesma empresa. Porém, a terceirização aumentará a contratação temporária de 3 meses para 6 meses, podendo ser prorrogada por mais 3 meses, o que dá 9 meses. Depois disso, você só poderá voltar a trabalhar para a mesma tomadora dos serviços após 3 meses.

Você não vai mais alcançar o tempo para a aposentadoria

Os trabalhadores nas empresas em regime de contratos temporários, com interrupção de três meses entre um e outro, jamais conseguirão os 49 anos de contribuição. É trabalhar até morrer!

Terceirização não gerou empregos nem ganho salarial em nenhum lugar do mundo. Por que geraria aqui?

Ao contrário dos que defenderam a regulamentação da terceirização e disseram que ela vai gerar empregos, estavam errados. Os trabalhadores de outros lugares do mundo, onde a terceirização foi implantada, foram ainda mais prejudicados: perderam direitos e a oferta de emprego não aumentou.

Na Rússia, em 2015, depois de 20 anos, sindicatos e governos decidiram pela proibição, já que a terceirização não aumentou a oferta de emprego e ainda diminuiu salários e direitos como férias remuneradas e abonos de final de ano. E é esse mesmo o objetivo da reforma: arrochar mais ainda os salários e direitos.

Muitas empresas terceirizadas não recolheram contribuições previdenciárias e trabalhadores acidentados ficaram sem salário.

Está escrito: com uma simples canetada, Temer poderá fazer os atuais 14 milhões de trabalhadores em empresas terceirizadas chegar aos 60 milhões.



Na China, além de não pagarem

sequer o salário mínimo, não respeitam os direitos dos trabalhadores. Mutilações, mortes por intoxicação, pneu-

monia e incêndios, além de substituição de grávidas por outras mulheres, e trabalho infantil, são rotineiros.

E quando surgem produtos com problemas, como aconteceu com brinquedos tóxicos e remédios de uma farmacêutica multinacional que causou a morte de centenas de pessoas pelo mundo, uma empresa fica empurrando a culpa para a outra, deixando trabalhadores e consumidores desprotegidos. Ou seja, além de flexibilizar direitos, a terceirização acaba flexibilizando também as responsabilidades.

A verdade é que a terceirização vai aumentar é o contingente de trabalhadores em condições precárias de trabalho e aumentar o lucro das empresas.

Reformas Trabalhista e Previdenciária

Governo quer tirar TUDO dos trabalhadores e entregar aos patrões

Eles chamam de reforma, mas tudo o que estão propondo e aprovando é um massacre aos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo de quase 100 anos.

A terceirização que está sendo empurrada goela abaixo dos trabalhadores, reduzindo salários e direitos, como FGTS, 13º salário e férias; a tentativa de impor o negociado sobre o legislado, que acabará com o direito de o trabalhador recorrer à Justiça Trabalhista; e o fim, na prática, da aposentadoria integral, com imposição de idade mínima de 65 anos para homens e mulheres e 49 anos para trabalhadoras, significa acabar com os direitos conquistados com muita luta da classe trabalhadora.

É hora de reagir ou morrer trabalhando, ou ainda, o que é mais provável, morrer desempregado, já que o governo também quer impor novos tipos de contratos de trabalho onde só se trabalhará horas ou dias da semana, conforme a necessidade da empresa.

Negociado sobre o legislado

O governo e os patrões querem garantir acordos coletivos que permitam a redução de salários e direitos e acabar com possibilidade de os traba-

lhadores recorrerem à Justiça do Trabalho para garantir os seus direitos.

Os sindicatos pelegos que aceitaram reduzir salários e direitos com o discurso de garantir empregos, jamais conseguiram evitar as demissões. Exemplo disso aconteceu no ABC quando a CUT entregou vários direitos dos trabalhadores e não conseguiu barrar as milhares de demissões.

Aumento da jornada

Os patrões querem aumentar a jornada diária para 12 horas, ou seja, acabar com a jornada semanal de 44 horas, e vincular o salário à produtividade, aumentando a pressão. Além disso, querem reduzir salários e acabar com férias e 13º salário.

Banco de horas

Querem dar calote no pagamento das horas extras, deixando o trabalhador à disposição do patrão.

Contratação temporária

Além de o contrato temporário passar para 9 meses por ano, a trabalhadora gestante perderá a estabilidade, e o trabalhador afastado por doença ou acidente poderá ser demitido quando retornar ao trabalho.

Aumento do tempo de contribuição para 49 anos

Para recebermos o valor integral da aposentadoria, que não é integral pois corresponde à soma dos salários feita pela Previdência e atinge no máximo 80% do último salário, teremos de trabalhar meio século e a idade será de 65 anos para homens e mulheres. Essa regra vai valer tanto para o serviço privado quanto público.

Redução do valor da pensão por morte

O valor da pensão por morte cairá pela metade e haverá acréscimo de 10% por dependente. O reajuste não será mais vinculado ao salário mínimo.

Fim da paridade entre ativos e aposentados

O objetivo do governo é desvincular o reajuste da aposentadoria dos reajustes dos salários, no serviço público.

Fim da aposentadoria especial

Impor idade mínima de 55 anos, e acabar com a aposentadoria especial dos professores.

Difícultar o acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada)

Pessoas com mais de 65 anos que não têm renda têm direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), mas o governo quer aumentar a idade para 70 anos. Além disso, quer desvincular o reajuste do benefício do salário mínimo. E passar a cobrar a Previdência dos portadores de necessidades especiais, que atualmente são isentos.

